

PRODUÇÃO E RELACÕES COMERCIAIS DO ALDEAMENTO INDÍGENA SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA (TIBAGI/ PR, 1875-1880)

Macon Fernando Marcante*

RESUMO: O presente artigo aborda um aldeamento indígena localizado na província do Paraná durante a segunda metade do século XIX, o Aldeamento São Pedro de Alcântara. Utiliza como principal fonte de pesquisa os ofícios do missionário do aldeamento dirigidos à presidência da província do Paraná e enfatiza as relações comerciais entre os indígenas aldeados (Kaingang e Guarani) e seus vizinhos. O aldeamento e os próprios aldeados comercializavam gêneros alimentícios e aguardente. O principal objetivo do presente artigo é apreender a dinâmica destas práticas comerciais. Também foram consideradas informações presentes em listas de votantes (Lista de Qualificação de Votantes) do município de Tibagi, com vistas a identificar os comerciantes envolvidos nessas atividades.

PALAVRAS-CHAVE: Aldeamento Indígena; Kaingang; Guarani; Relações Comerciais.

PRODUCTION AND COMMERCIAL RELATIONSHIPS OF THE INDIAN RESERVE OF SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA (TIBA- GI PR BRAZIL, 1875-1880)

ABSTRACT: The Indian Reservation area of São Pedro de Alcântara in the erstwhile Province of Paraná, Brazil, during the second half of the nineteenth century and the commercial practices involved

* Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail: maiconmarcante@yahoo.com.br

are discussed. The main research sources consist of the missionary's reports to the President of the Province of Paraná and emphasize the commercial relationships between the Kaingang and Guarani Indians and their neighbors. The Indian Reserve and its Indians used to sell food and sugarcane brandy. Data on the lists of voters of the Tibagi parish are investigated to identify the merchants involved in these activities.

KEYWORDS: Indians Mission; Kaingang; Guarani; Commercial Relationships.

INTRODUÇÃO

O aldeamento indígena São Pedro de Alcântara localizava-se na margem esquerda do rio Tibagi, à frente da Colônia Militar do Jataí, atual município de Jataizinho, no norte do Estado do Paraná.¹ No período imperial, a criação de aldeamentos nos rios Tibagi e Parapanema foi articulada pelo Barão de Antonina, junto ao governo imperial, com vistas à abertura de uma rota fluvial ligando a até então isolada província do Mato Grosso ao porto de Antonina. Em 1850, índios Guarani-Kaiowá do Mato Grosso e de São Paulo foram deslocados para as margens do Tibagi, próximas à foz do rio Jataí, com vistas à viabilização da rota fluvial. Neste local – tradicionalmente ocupado por grupos Kaingang² – foi instalada a Colônia Militar do

1 Entre 1855 e 1920 a região dos rios Tibagi, Pirapó, Santo Inácio, Parapanema e Paraná abrigou 6 projetos de aldeamentos indígenas. As experiências mais duradouras foram os aldeamentos São Pedro de Alcântara (1855-1895) e São Jerônimo (1859-1920). Após a desagregação do primeiro em 1895, os Kaingang que lá ainda viviam migraram para o segundo e seus descendentes permanecem até hoje nesta localidade onde atualmente existe a reserva indígena São Jerônimo da Serra. Sobre o assunto ver MOTA, L. As colônias indígenas no Paraná provincial. Curitiba, PR: Aos Quatro Ventos, 1994.

2 Sobre a presença dos Kaingang no vale do Tibagi ver MOTA, L. T.; NOELLI, F. S.; TOMMASINO, K. (Org.) *Urí e Wâxi* – Estudos Interdisciplinares dos Kaingang. Londrina, PR: Ed. UEL, 2000.

Jataí mediante a presença dos mesmos Kaiowá. Quatro anos depois chega à região o missionário capuchinho Timotheo de Castelnovo e em 1855 é rezada a missa inaugural do aldeamento São Pedro de Alcântara. O aldeamento é criado com a presença dos índios Kaiowá e em 1858 chegam os primeiros índios da etnia Kaingang. No final da década de 1870 aldeiam-se também índios Guarani-Ñandeva.³ Trata-se, portanto, de um aldeamento misto, caracterizado pela presença das referidas etnias, além de cristãos – chamados pelo missionário de “nosso povo” – e de negros escravos e africanos livres.

Utilizando como fonte de pesquisa os ofícios do missionário Timotheo de Castelnovo dirigidos à província do Paraná, bem como os relatórios provinciais paranaenses, o presente artigo tem por objetivo apreender a dinâmica da comercialização da produção do aldeamento no momento em que seus produtos alcançaram mercados mais vastos, ou seja, a partir do segundo quinquênio da década de 1870. Inicialmente – com base nos relatórios provinciais que em verdade reproduzem as informações fornecidas pelo missionário Timotheo de Castelnovo – apresenta-se um panorama do desenvolvimento produtivo no aldeamento, passando pelas fases de autossustentabilidade, comércio insipiente e comércio efetivo. Em seguida, utilizando os ofícios do missionário capuchinho, busca-se apreender aspectos da dinâmica das comercializações envolvendo a produção do aldeamento. Enfocam-se as formas diferenciadas de interação e de inserção neste processo apresentadas pelos índios Kaingang e pelos índios Guarani – notadamente os Guarani-Kaiowá. As informações provenientes desta análise serão ainda correlacionadas com os dados obtidos a partir de análise realizada com base na Lista Qualificação de Votantes, do ano de 1880 para o município de Tibagi, com o intuito de visualizar características sócio-profissionais dos agentes externos envolvidos na comercialização da produção de São Pedro

3 Com relação à divisão entre os Guarani, Amoroso (1998, p. 139) afirma que os subgrupos Ñandeva participaram dos aldeamentos no norte do Paraná, sendo referidos nas fontes como “guaranis” e diferenciados dos Kaiowá.

de Alcântara.

2 DESENVOLVIMENTO

Durante toda a sua existência, o aldeamento indígena São Pedro de Alcântara manteve relações porosas com a vila de Tibagi e suas sub-regiões. A referida vila e suas áreas rurais eram demasiadamente pequenas para que o aldeamento, articulado à Colônia Militar do Jataí, figurasse como um núcleo relativamente importante para a região. Segundo a antropóloga Marta Rosa Amoroso, podemos distinguir três etapas bastante claras, com relação à produção do aldeamento, na trajetória de São Pedro de Alcântara. A primeira fase, 1855 a 1863, tinha por meta o abastecimento interno do aldeamento e de outros aldeamentos próximos, além da atração e manutenção dos grupos Kaiowá na condição de aldeados. A segunda fase, de 1863 ao início dos anos 1870, é marcada pelo ingresso do aldeamento na economia de mercado. Os grupos aldeados – neste momento já inclusos os índios Kaingang – passaram a produzir excedentes para a comercialização no mercado local. A terceira fase, de meados dos anos 1870 até a decadência do aldeamento, compreende o momento em que as produções de São Pedro de Alcântara atingiram mercados mais distantes, notadamente da província de São Paulo. Esta fase, ainda seguindo Marta Amoroso, exigiu esforços pesados na abertura e manutenção de estradas necessárias ao escoamento das produções (AMOROSO, 1998, p. 174-182).

Com relação à primeira fase, verificamos a alternância ou mesmo a simultaneidade entre a agricultura realizada no aldeamento e as formas indígenas tradicionais de subsistência. Em 1857 o vice-presidente da província do Paraná Vaz de Carvalhoes, além de relatar a quantidade de pessoas existentes em São Pedro de Alcântara, descreve aspectos relativos à subsistência do aldeamento:

[...] [o pessoal do aldeamento] continua a compor-se de 1 missionario director, 1 admi-

nistrador, 1 mestre ferreiro, 1 dito carpinteiro, 1 dito telheiro, 1 interprete, 2 camaradas, 32 africanos, e 300 indígenas, cujo numero varia e, ás vezes, desaparece completamente, conforme a boa ou má colheita, cuja insuficiência os força frequentemente a voltar ao matto para supril-a com o primitivo recurso da pesca e caça.⁴

Neste momento o aldeamento contava apenas com a presença de índios Kaiowá. Estes, em número médio de 300 indivíduos, recorriam às matas em busca de pesca e caça para suprir suas necessidades alimentares. Os deslocamentos, segundo o relatório de Carvalhaes, eram motivados pelo resultado das colheitas no aldeamento. Esta informação revela que neste momento a produção de São Pedro de Alcântara, por vezes, não era suficiente para abastecer seus próprios moradores. No mesmo ano, Vaz de Carvalhaes relata informações sobre a subsistência dos moradores, africanos e indígenas aldeados e suas respectivas produções:

Além dos mandiocais, cannaviaes e rocinhas pertencentes aos pretos e índios, plantaram-se, na aldêa, dezessete alqueires de milho, quatro de feijão, e cinco de arroz; e, na data da ultima informação do missionário director, preparava-se um grande grammado, e plantação de mais cinco alqueires de milho para o sustento dos animaes. Ainda neste anno

4 Relatório do Vice-Presidente de Província Vaz de Carvalhaes, 1857a, p. 61. Todos os relatórios provinciais paranaenses estão disponíveis no site do Arquivo Público do Paraná – DEAPP. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>>. Nas fontes utilizadas no presente artigo optou-se por respeitar a grafia original.

houve necessidade de comprar-se farinha de mandioca e milho para o consumo do aldeamento, mas o feijão colhido foi suficiente.⁵

Em 1857, portanto, o aldeamento necessitava importar gêneros alimentares como a essencial farinha de mandioca. Entretanto, tanto os africanos como os Kaiowá aldeados mantinham roças de milho, feijão, mandioca e canaviais voltadas à autossustentação. O feijão colhido, inclusive, foi suficiente para abastecer o aldeamento.

Já no início da década de 1860 as coisas apresentavam-se distintas. Em 1862, segundo o relatório do presidente Gomes Nogueira, o aldeamento contava com um total de 64 alqueires cultivados com milho: 15 dos quais pertencentes aos africanos, 7 aos empregados, 22 à produção coletiva do aldeamento e 20 aos indígenas – já neste momento contando com a presença dos Kaingang. Com exceção dos indígenas que só cultivaram milho, os africanos e os empregados cultivaram ainda feijão e arroz. Nogueira também informa que, em 1861, 60 arrobas de açúcar foram comercializadas pelo aldeamento.⁶ Ou seja, em 1862 a área cultivada pelo aldeamento como um todo – considerando indígenas, africanos, empregados e a produção coletiva – foi bem superior à área cultivada cinco anos antes. Além disso, o aldeamento já havia comercializado, em 1861, 60 arrobas de açúcar. Estes aspectos indicam o gradual aumento da produção do aldeamento, bem como sua incipiente inserção na economia de mercado.

A década de 1860 já é marcada pelas características desta inserção na economia de mercado, todavia, ainda assim ocorreram alguns percalços ao aumento da produção do aldeamento como, por exemplo, a emancipação dos africanos livres. Em 1866, o presidente

5 Relatório do Vice-Presidente de Província Vaz de Carvalhoes, 1857b, p. 89. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>>.

6 Relatório do Presidente de Província Gomes Nogueira, 1862. p. 81-82. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>>.

Pádua Fleury comentava sobre a emancipação dos africanos que viviam nos aldeamentos indígenas da província do Paraná:

Pelo decreto n. 3310 de 24 de setembro de 1864 ficaram emancipados os africanos livres existentes no Império. Os desta província, empregados quase todos em colônias de indígenas [...] Já as receberam [as cartas de emancipação] 121 africanos sendo de São Jerônimo 19, São Pedro de Alcântara 69, Paranapanema 22 [...] ⁷

No mesmo ano, o vice-presidente provincial Ermelino de Leão relata os impactos da emancipação dos africanos em São Pedro de Alcântara descritos pelo missionário do aldeamento:

Participando-me [frei Timotheo de Castelnovo], em officio de 8 de Agosto, que, em consequência da retirada dos africanos livres que existiam no aldeamento, a plantação e colheita diminuiram sensivelmente, não se podendo por isso plantar cana este anno. Entretanto, a colheita não foi tão diminuta que não chegue para o consumo do aldeamento no corrente anno. ⁸

Não obstante o impacto da emancipação dos africanos sobre a produção do aldeamento, a subsistência dos moradores e aldeados não foi comprometida e a produção total continuava em marcha as-

7 Relatório do Presidente de Província Pádua Fleury, 1866, p. 11. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>>.

8 Relatório do Vice-Presidente de Província Ermelino de Leão, 1866, p. 18. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>>.

cedente. Neste ano, ainda segundo o relatório de Ermelino de Leão, o aldeamento contava com quase 3 mil alqueires cultivados com milho, além de 100 alqueires de feijão e mais 100 de arroz. Entre os derivados da cana foram produzidos 6 barris de aguardente – dois dos quais pertencentes aos Kaingang – e 77 arrobas de açúcar.⁹

Os grupos aldeados e o aldeamento como um todo, à parte alguns empecilhos como a questão dos africanos livres, continuavam a produzir e a exportar cada vez mais. Na década de 1870 as edificações do aldeamento são reformadas e podemos observar o gradual aumento do volume de produtos comercializados. No relatório provincial de 1872 o presidente Oliveira Lisboa comenta sobre as plantações de empregados e indígenas e, aspecto bastante significativo, informa os valores obtidos pelos índios Kaingang e Kaiowá com a comercialização dos gêneros produzidos no ano anterior. Em 1872 foram plantados mais de 5 mil alqueires de milho, sendo 1700 pertencentes aos indígenas. Também foram destiladas mais de 2 mil medidas de aguardente; destas, mais de 1500 pertenciam aos grupos indígenas. No ano anterior, os Kaingang arrecadaram 1 conto e 760 mil réis com a comercialização de suas produções: deste total, 900 mil réis eram referentes à venda de aguardente, 240 mil réis ao açúcar e 300 mil réis obtidos com a comercialização de milho. Os Kaiowá obtiveram lucros bem mais modestos: 370 mil réis referentes à comercialização de rapadura, feijão e milho.¹⁰ Além do volume da produção, chama à atenção o fato de o presidente Oliveira Lisboa relatar também as cifras obtidas com a comercialização dos produtos. Este aspecto ratifica a importância que esta comercialização adquiriu na década de 1870, em São Pedro de Alcântara, período em que o aldeamento começa a atingir mercados consumidores mais distantes, notadamente da província de São Paulo.

Adentrando o período proposto no recorte do presente artigo

9 Idem.

10 Relatório do Presidente de Província Oliveira Lisboa, 1872, p. 68. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>>.

(1875/1880), ainda que muitos percalços tenham afetado o aldeamento – como uma guerra entre facções Kaingang e uma epidemia de varíola entre os Kaiowá – observamos a manutenção da trajetória ascendente na comercialização das produções de São Pedro de Alcântara. Lamenha Lins, no relatório de 1877, afirma que o aldeamento contava neste período com 150 *brazileiros e estrangeiros*, 915 *índios coroados* (Kaingang) e 460 *Cayoás* (Kaiowá), somando 1460 pessoas.¹¹ Seguramente estes números referem-se ao período anterior ao conflito entre os Kaingang e à epidemia de varíola entre os Kaiowá. No ano anterior, os índios Kaingang produziram feijão e aguardente em quantidades relativamente elevadas e sua produção de milho foi superior a 288 mil litros. Já os Kaiowá apresentaram uma produção mais modesta, mas, ainda assim, expressiva: cerca de 70 mil litros de milho, além de feijão, açúcar e arroz em menor escala. Lamenha Lins apresenta também os rendimentos obtidos com a comercialização destas produções:

O rendimento dos productos exportados foi avaliado do seguinte modo:

Dos moradores	4:100\$000
Dos índios Coroados	5:800\$000
Dos índios Caioás	4:200\$000 ¹²

Na segunda metade da década de 1870, portanto, tanto os indígenas aldeados, Kaiowá e Kaingang, como os “moradores” do aldeamento, feitor e assalariados, produziram e comercializaram volumes expressivos de gêneros agrícolas e aguardente. As cifras obtidas demonstram a importância desta comercialização: com a comercialização da produção de 1876 foram obtidos mais de 14 contos de réis, sendo quase 6 contos pertencentes aos Kaingang e mais de 4

11 Relatório do Presidente de Província Lamenha Lins, 1877, p. 107. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>>.

12 Ibid, p. 108.

contos relativos aos Kaiowá. Estes elevados rendimentos podem ser associados à redução no número de aldeados em função da epidemia de varíola do início de 1877 entre os Kaiowá e do conflito entre facções Kaingang no segundo semestre de 1876. Esta redução, destacadamente entre os Kaiowá, possibilitou a comercialização de grande parte dos gêneros produzidos – que haviam sido plantados antes da diminuição no número dos aldeados – pois a demanda interna pelos alimentos também diminuiu.

Em 1880, o presidente Dantas Filho relata que o rendimento obtido com a comercialização dos produtos do aldeamento São Pedro de Alcântara foi superior a 8 contos de réis. Destes, quase 4 contos pertenciam aos moradores, 2 contos de 390 mil réis aos Kaingang, 1 conto e 600 mil réis aos Kaiowá e 600 mil réis aos Guarani-Ñandeva – neste momento já aldeados em São Pedro de Alcântara.¹³ Podemos observar no ano de 1880, em relação a 1877, uma significativa redução nos rendimentos obtidos com a comercialização dos produtos do aldeamento. É provável que esta redução tenha ocorrido em função do aumento no número de aldeados – principalmente dos Kaiowá que regressaram ao aldeamento após o fim da epidemia – e do consequente aumento na demanda interna por alimentos. Nesta via de mão dupla, a redução nos rendimentos pode estar associada à diminuição no número de braços disponíveis ao trabalho nas roças do aldeamento nos anos anteriores. Estes dois motivos correlacionados concorreram para a redução nas exportações do aldeamento entre os anos de 1877 e 1880.

2.1 OS GUARANI-KAIOWÁ E O USO DA MÃO-DE-OBRA DO ALDEAMENTO

O recorte temporal realizado no presente artigo compreende o momento em que as produções de São Pedro de Alcântara foram

13 Relatório do Presidente de Província Dantas Filho, 1880, p. 43-44. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>>.

comercializadas inclusive em mercados mais distantes como nos da província de São Paulo. Esta fase exigiu mão-de-obra abundante na abertura e manutenção de estradas necessárias ao escoamento das produções (AMOROSO, 1998). Durante as décadas de 1850 e 1860, tanto os grupos indígenas aldeados como os africanos de São Pedro de Alcântara eram remunerados pelos trabalhos desempenhados com *brindes* como ferramentas, miçangas e roupas – fornecidos pelo Império e pela província do Paraná – e com gêneros alimentícios produzidos no próprio aldeamento. A partir da ampliação da capacidade produtiva do aldeamento e sua inserção nos mercados local e regional, os grupos aldeados passaram gradativamente a receber a remuneração por seus trabalhos em dinheiro. O aldeamento apresenta agora outra fonte de renda para os trabalhadores – indígenas e africanos – além dos bens fornecidos pelo governo.

As etnias aldeadas em São Pedro de Alcântara privilegiaram, de maneira geral, formas distintas de engajamento nas atividades produtivas relacionadas com o aldeamento. No período aqui abordado, os grupos aldeados marcaram com mais intensidade suas formas particulares. Os grupos Kaingang engajaram-se predominantemente na produção de gêneros agrícolas vinculada ao aldeamento e voltada à comercialização. Visualizamos acima o grande volume das produções dos Kaingang e os elevados rendimentos obtidos com a sua comercialização. Por seu turno, os grupos Kaiowá também produziram gêneros agrícolas voltados à comercialização, todavia, o volume de sua produção jamais se aproximou ao produzido pelos Kaingang. Os Kaiowá, por outro lado, envolveram-se com mais intensidade em trabalhos como diaristas para particulares e para o próprio aldeamento. O já citado relatório provincial de Oliveira Lisboa, de 1872, além de fornecer os rendimentos obtidos com a comercialização da produção dos grupos indígenas, apresenta ainda os *salários* obtidos pelos Kaiowá e pelos Kaingang:

Salario recebido pelos índios:

Coroados..... 400\$000

Cahyguás..... 800\$000
1:200\$000¹⁴

Verificamos que – em salários pagos pelo aldeamento ou por particulares e separados dos rendimentos obtidos com a comercialização da produção dos grupos indígenas – os Kaiowá receberam em 1872 o dobro do que receberam os Kaingang. Estes salários eram referentes a serviços prestados como a abertura e a manutenção das estradas, navegações pelo rio Tibagi, colheitas para colonos da região e atividades internas ao aldeamento como roçadas, colheitas e derrubada da mata. Os Kaiowá eram requisitados por outros grupos sociais do aldeamento, como os moradores brancos, e por colonos particulares para o trabalho como diaristas nas plantações e colheitas. Também eram contratados pelo próprio diretor de São Pedro de Alcântara, para a abertura e manutenção das estradas ou para atividades internas do aldeamento. Trabalhavam ainda – para a Colônia Militar do Jataí, para o aldeamento, para viajantes e para colonos particulares – nas navegações pela rota fluvial Tibagi/ Paranapanema/ Paraná.

Sobre a organização dos Kaiowá para o desempenho destas e demais atividades, Amoroso (1998, p. 181) apresenta informações preciosas obtidas na correspondência de Timotheo de Castelnovo endereçada ao Padre Comissário da Prefeitura dos Capuchinhos no Rio de Janeiro:

[...] eu julgo que meus correligionários tenham razão para não saberem, digo, querem catequizar os índios aumentos eu dou-lhe razão, pois é só dificuldades e mais dificuldades; as coisas querem que marchem segundo as vontades deles, só querem empregar nos

14 Relatório do Presidente de Província Oliveira Lisboa, 1872. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>>.

aldeamentos indivíduos de sua filiação pouco importando se que sejam de nenhuma importância bom quando não são infames.

Os Kaiowá aldeados requisitavam “indivíduos de sua filiação” para a realização dos trabalhos coletivos. Ou seja, a organização dos grupos Kaiowá, nas atividades produtivas, seguia padrões próprios de organização, padrões internos às redes de parentesco dos grupos Kaiowá. Os laços de parentesco eram utilizados na arregimentação do pessoal para o trabalho; este pessoal era vinculado à parentela daquele que acordava a empreitada. Trata-se de um aspecto da organização do trabalho vinculado ao aldeamento que, ao invés da imposição vertical da direção do aldeamento ou algo semelhante, segue características próprias dos grupos indígenas aldeados. Ainda outras fontes documentais apresentam indícios que corroboram esta forma de organização dos Kaiowá em São Pedro de Alcântara. Telêmaco Borba, escrevendo sobre os Guarani, afirma que as suas aldeias no aldeamento contavam com cerca de 100 índios chefiados por lideranças locais, subordinadas a um chefe geral das aldeias, que organizavam as atividades e os grupos de trabalho e distribuíam a caça entre os Guarani (AMOROSO, 1998, p. 145).

2.2 OS KAINGANG E A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ALDEAMENTO

Sabemos, portanto, que os grupos aldeados e o aldeamento como um todo comercializavam suas produções, restando os questionamentos relativos à dinâmica deste comércio e a quem eram os atores externos envolvidos nestas relações comerciais. Para nossa sorte, em fins de 1879, uma querela envolvendo frei Timotheo de Castelnuovo e a Câmara Municipal de Tibagi, relativa à cobrança de impostos sobre a produção do aldeamento, proporcionou fontes documentais ricas

relativas à dinâmica desta comercialização. Inicialmente, o simples fato de a Câmara de Tibagi dirigir-se à presidência da província do Paraná exigindo a cobrança de impostos sobre a comercialização da produção do aldeamento nos informa que este apresentava uma importância considerável no contexto do referido município. Não seria para menos. Segundo o Recenseamento Geral de 1872, a então freguesia de Tibagi¹⁵ contava, entre homens e mulheres, com 4.407 livres – dos quais 1.446 foram definidos como “caboclos” – e 514 escravos, num total de 4.921 habitantes.¹⁶ Por seu turno, segundo o relatório de 1874 de Francisco José Abranches, São Pedro de Alcântara contava, até o fim do ano anterior, com 403 Kaiowá e 473 Kaingang aldeados, mais os trabalhadores e assalariados, num total de 983 habitantes.¹⁷ É possível que a população do aldeamento estivesse contabilizada no recenseamento da freguesia e, se esse for o caso, seus habitantes representavam cerca de 20% da população total de Tibagi. Caso não estivesse contabilizado no recenseamento, ainda assim o aldeamento representaria um núcleo populacional significativo para a freguesia. Sendo assim, seus habitantes somavam, no início da década de 70, mais de 16% do total de habitantes de Tibagi. Neste momento, qual seja, de meados da década de 1870 à decadência do aldeamento, de maneira alguma seria desprezível à Câmara do município a comercialização da produção dos índios aldeados em São Pedro de Alcântara.

Pois bem, vejamos então o que nos tem a dizer frei Timotheo de Castelnuovo em sua defesa frente às críticas da Câmara

15 O desmembramento da referida freguesia do município de Castro ocorreu em 1872, sendo o município de Tibagi oficialmente criado em 1873.

16 O Recenseamento de 1872 encontra-se disponível na biblioteca virtual do IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colectao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20-%20Imp%C3%A9rio%20do%20Brasil&link=Imperio%20do%20Brasil>.

17 Relatório do Presidente de Província Francisco José Abranches, 1874. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>>.

Municipal de Tibagi:

Cada ano no principio das colheitas e safras – a pedido dos indios o diretor de São Pedro d’Alcântara poe o preço pelo qual hão de serem vendidos, tendo em vista a abundancia, a falta – ou a concorrencia no Aldeamento e colônias vizinhas. E pelo preço marcado são livremente vendidos a quem os quer comprar pelos mesmos indios, e só vem para o deposito do Aldeamento o que não acha comprador e pago pelo diretor que depois o revende pelo mesmo preço mais tarde a quem procura ou precisa sem mais pequena comissão[...].¹⁸

O trecho citado nos revela informações preciosas relativas à comercialização da produção dos aldeados de São Pedro de Alcântara. De acordo com as explicações do missionário, parte da produção do aldeamento era por ele comprada e revendida, segundo a sua argumentação sem pretensões a lucros, segundo a Câmara de Tibagi com elevados lucros para o missionário. Seja como for, o fato é que Timotheo de Castelnuovo intermediava a comercialização de parte da produção dos indígenas aldeados – que, podemos especular, era significativa devido à atenção dada pela Câmara a esta intermediação.

No mesmo ofício, respondendo à acusação de proteger os negociantes que se aproximavam de São Pedro de Alcântara, Timotheo de Castelnuovo apresenta um indício de quem eram os atores externos ao aldeamento envolvidos na comercialização dos produtos do aldeamento:

[...] sobre os negociantes que empregão seu

18 Ofício de Timotheo de Castelnuovo à Província do Paraná, 1879, p. 191-192. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>>.

dinheiro em comprar para venderem mais caro para o tarde – desde que é dado a todos livremente comprarem dos índios não excluídos os Tibagianos – nada tenho eu nem a camara que ver.¹⁹

Além da intermediação do missionário na comercialização de parte da produção dos índios aldeados, Timotheo de Castelnovo – ao afirmar que todos, inclusive os *tibagianos*, são livres para comercializar com os indígenas – revela que negociantes também procuravam diretamente os indígenas aldeados para comprar suas produções. Observamos, ainda, através da ênfase do frei capuchinho, que as críticas da Câmara Municipal referiam-se à proteção por ele relegada aos comerciantes de Tibagi, seguramente os principais agentes externos ao aldeamento responsáveis pela comercialização da produção dos índios aldeados.

2.3 OS VIZINHOS DO ALDEAMENTO

Em 1873 foi oficialmente criado o município de Tibagi, então desmembrado do município de Castro. Abrangendo a extensão do rio Tibagi desde a divisa com Castro até a sua foz no rio Paranapanema, o município recém-criado abrigava em suas adjacências os aldeamentos indígenas São Jerônimo e São Pedro de Alcântara. A presente seção objetiva apreender e caracterizar a sociedade tibagiana – através de aspectos sócio-profissionais e suas contrapartidas espaciais – que, em fins da década de 1870, interagia com os aldeamentos interligados ao rio Tibagi. Para tanto, apresentam-se aqui os resultados da análise realizada com base na Lista de Qualificação de Votantes, de janeiro de 1880, do município de Tibagi.²⁰ Tal análise

19 Ofício de Timotheo de Castelnovo à Província do Paraná, 1879, p. 191-192. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>>.

20 A referida pesquisa foi realizada com financiamento do PIBIC/ CNPq e

permitiu caracterizar a região – o núcleo de Tibagi e adjacências rurais – e a sociedade que interagiu com o aldeamento São Pedro de Alcântara. Foram consideradas na referida pesquisa as informações *ocupação, renda e local de residência*.

A lista geral de votantes do município de Tibagi, de janeiro de 1880, qualificou 567 votantes. Inicialmente, consideramos as distinções ocupacionais do município, visto em sua totalidade, e a renda média de cada ocupação:

Tabela 1 Distribuição dos cidadãos e renda média por ocupação

Ocupação	Nº. absoluto	%	Renda (mil réis)
Negociantes	78	13,8	651
Lavradores	458	80,8	227
Artesãos/ outros	30	5,3	406
Vigário	1	0,1	2000
Total	567	100	298

Fonte: Lista de Qualificação de Votantes, Tibagi - 1880.

Como era de se esperar de uma região rural, a maioria esmagadora dos votantes era composta por lavradores. No entanto, destacam-se os números expressivos de negociantes e artesãos, bem como suas médias de renda significativamente mais elevadas que a renda média dos qualificados como lavradores. Cruzando as informações ocupação e renda, identificamos as segmentações econômicas e sua relação com as atividades profissionais dos votantes. Inicialmente, no município visto como um todo, percebemos que os negociantes eram mais abastados que os lavradores. Desta forma, verifica-se em

apresentada no IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. A Lista de Qualificação de Votantes de Tibagi encontra-se disponível no Arquivo Público do Paraná - DEAPP.

Tibagi, *grosso modo*, a presença de uma elite mercantil posicionada sobre a maior parte da população composta por produtores rurais pobres. É interessante destacar também a presença significativa de artesãos no município, aspecto que ressalta sua relativa complexidade.

A lista aqui analisada divide-se a partir dos quarteirões de Tibagi. No total, são doze quarteirões, além da freguesia do Jataí incluída também no município. Tratando as informações da lista de votantes de Tibagi separadas pelos quarteirões, obtemos uma visualização regionalizada das atividades produtivas do município. Nos dois primeiros quarteirões da vila, área central do município, destacam-se a maioria dos votantes qualificados como negociantes bem como o número expressivo de artesãos – principalmente no primeiro quarteirão – e a escassez de lavradores em ambos. Tanto no primeiro como no segundo quarteirão, quase dois terços dos votantes foram qualificados como negociantes; estamos diante de um núcleo comercial. Quando atentamos para as rendas dos negociantes deste núcleo, observamos que apenas três ganham 1 conto de réis ou mais e que a esmagadora maioria, dezenove no total, apresentou rendimentos entre a renda mínima de 200 mil réis e 400 mil réis. Ou seja, o núcleo comercial de Tibagi era diversificado, mas predominavam os negociantes de renda relativamente baixa; eram pequenos negociantes.

Partindo para as áreas rurais de Tibagi, os lavradores são bem mais expressivos. De maneira geral, conforme o grau de afastamento do núcleo municipal, os lavradores depauperados surgiam em maioria absoluta, sendo que quase a sua totalidade foi qualificada com a renda mínima de 200 mil réis. Não obstante este aspecto, o município de Tibagi contava também com áreas mais afastadas marcadas pela presença de negociantes. No nono quarteirão do Amparo, entre os 71 votantes 11 foram qualificados como negociantes, dos quais 9 apresentaram renda entre 200 e 400 mil réis. No Amparo, portanto, residiam negociantes com rendas relativamente baixas; seus negociantes aparentam serem inclusive mais modestos que os negociantes da área central de Tibagi. No décimo quarteirão

do Guartelá a presença de negociantes é ainda mais expressiva: dos 44 votantes do quarteirão, 15 foram qualificados como negociantes. E, aspecto talvez mais significativo ainda, suas rendas são bastante elevadas com 5 de seus integrantes atingindo o teto de 2 contos de réis. No Guartelá a maioria dos negociantes apresenta renda igual ou superior a 800 réis. Verificamos, portanto, que os maiores negociantes de Tibagi, ainda que poucos, residiam no quarteirão do Guartelá. Já no décimo primeiro quarteirão do Santo Amaro, observamos que para os 10 lavradores votantes existiam 6 negociantes; destes, três recebiam mais de 500 mil réis. Por fim, o décimo segundo quarteirão de Campinas Bellas – local onde residia Telêmaco Borba, qualificado na presente lista como negociante – apresenta 40 lavradores com renda presumida de 200 mil réis e cinco negociantes. Entre estes últimos, três – Telêmaco Borba incluso – apresentaram a renda de 1 conto de réis. É interessante destacar que estes quatro quarteirões – Amparo, Guartelá, Santo Amaro e Campinas Bellas – localizavam-se ao sul da região central de Tibagi, na direção de Castro e Ponta Grossa.

A lista de votantes de Tibagi, de 1880, englobou ainda a então freguesia do Jataí, localidade mais próxima – que integrava inclusive – ao aldeamento São Pedro de Alcântara. Destaca-se, em primeiro lugar, a dimensão expressiva da localidade contando com 87 votantes. Em segundo lugar, não menos importante é o número bastante elevado de artesãos e outros profissionais frente à maioria composta por lavradores. Em relação aos negociantes, destacam-se dois aspectos: o número reduzido, cinco ao total, e suas rendas discretas – nenhum deles apresentou rendimentos superiores a 500 mil réis. Ambos os aspectos, justamente pela modéstia, revelam-se significativos: a freguesia do Jataí não figurava como uma área comercial de relativa expressão, sendo provável que a comercialização dos produtos da freguesia – inclusive do aldeamento São Pedro de Alcântara – fosse realizada por negociantes de outras áreas do município, em especial da região central de Tibagi e dos quarteirões do Amparo, do Guartelá, de Santo Amaro e de Campinas Bellas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os quarenta anos de sua existência, o aldeamento indígena São Pedro de Alcântara experimentou um gradual envolvimento na economia de mercado local e mesmo regional. Os impactos deste envolvimento puderam ser percebidos no aumento do volume de gêneros alimentícios produzido pelo aldeamento e pelos grupos indígenas aldeados. Também é visível no destaque dado – tanto nos relatórios províncias como nos ofícios de Timotheo de Castelnovo – aos rendimentos obtidos com a comercialização destas produções. A produção do aldeamento, principalmente durante e após a segunda metade da década de 1870, torna-se relevante para o município de Tibagi. As reivindicações da Câmara Municipal referentes à cobrança de impostos sobre a produção do aldeamento e dos grupos aldeados ratificam a importância adquirida pelos gêneros produzidos em São Pedro de Alcântara. Os grupos aldeados, bem como os africanos livres, recebem cada vez menos os *brindes* – ferramentas, roupas, miçangas etc – como forma de pagamento. Seu trabalho – seja na produção própria vinculada ao aldeamento ou em atividades prestadas a particulares – passa gradualmente a ser remunerado em dinheiro.

Os grupos Kaingang, frente ao envolvimento do aldeamento na economia de mercado, engajaram-se predominantemente na produção voltada à comercialização. Constituíram-se, do ponto de vista dos comerciantes tibagianos, em uma importante fonte de gêneros agrícolas dentro do município de Tibagi. Os Kaiowá também desenvolveram produções próprias voltadas para a comercialização, mas sempre obtendo rendimentos inferiores aos rendimentos obtidos pelos Kaingang. Os índios Kaiowá envolveram-se com maior intensidade no trabalho como “assalariados” – prestado por jornadas ou empreitadas – aos colonos da freguesia do Jataí, ao próprio aldeamento na abertura e manutenção das estradas e nas atividades internas, bem como na navegação pelo rio Tibagi.

Por seu turno, a sociedade constituída no entorno dos aldeamentos indígenas da bacia do rio Tibagi, não obstante seu caráter agrário, apresentava, no final da década de 1870, uma elite mercantil posicionada sobre a maior parte da população composta por lavradores depauperados. O núcleo de Tibagi, por outro lado, contava com um expressivo número de pequenos negociantes em contrapartida a outras regiões onde a presença de negociantes abastados era mais significativa. Na freguesia do Jataí, ainda que o número expressivo de artesãos denote sua relativa complexidade, a presença de comerciantes mostrou-se rala e, como consequência, é bastante provável que as produções dos grupos indígenas aldeados fossem comercializadas por negociantes do núcleo de Tibagi e de áreas como o Amparo e o Guartelá. Neste sentido, podemos inferir que as elites mercantis locais – e mesmo os pequenos negociantes – não nutriam, necessariamente, interesses contrários à manutenção dos aldeamentos indígenas ligados ao rio Tibagi. Verificamos, portanto, que as interações envolvendo a sociedade tibagiana e os grupos indígenas aldeados não se resumiam à luta pela expropriação dos territórios dos aldeamentos, mostrando-se particularmente mais complexas.

No processo de inserção de São Pedro de Alcântara na economia de mercado, verificamos aspectos da dinâmica da comercialização da produção do aldeamento. Timotheo de Castelnovo intermediava parte desta comercialização, comprando parte da produção dos aldeados para revendê-la posteriormente. Por outro lado, comerciantes externos ao aldeamento – destacadamente os comerciantes de Tibagi, como afirma o próprio missionário – também negociavam diretamente com os grupos aldeados. Estes produziam gêneros alimentícios e aguardente em grande quantidade, constituindo-se em fornecedores fundamentais para aqueles. Neste sentido, articuladas as análises sobre a sociedade tibagiana, podemos afirmar que as interações sociais envolvendo o aldeamento São Pedro de Alcântara e a sociedade de seu entorno compreendiam os interesses da elite comercial e também dos pequenos negociantes de Tibagi na manutenção e mesmo no aumento da produção do aldeados. Os interesses

comumente apontados na criação dos aldeamentos na região do atual Paraná – catequese e civilização dos grupos indígenas, expropriação dos seus territórios e a abertura de rotas fluviais – geraram também o engajamento dos indígenas em atividades agrícolas voltadas para a comercialização. Este engajamento tornava-se possível a partir da sedentarização dos grupos indígenas, do aumento da produção agrícola e do consequente envolvimento dos aldeamentos na economia de mercado local e mesmo regional. São Pedro de Alcântara tornou-se um importante fornecedor de gêneros agrícolas já nos anos 1860, porém, a partir da década de 1870, a produção dos grupos aldeados apresenta-se fundamental aos comerciantes da região, destacadamente aos negociantes de Tibagi.

REFERÊNCIAS

AMOROSO, M. R. **Catequese e Evasão: Etnografia do Aldeamento Indígena de São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)**. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1998.

MOTA, L. T.; NOELLI, F. S.; TOMMASINO, K. (Org.). **Urí e Wâxi** – Estudos Interdisciplinares dos Kaingang. Londrina, PR: Ed. UEL, 2000.

MOTA, L. **As colônias indígenas no Paraná Provincial**. Curitiba, PR: Aos Quatro Ventos, 1994.

Recebido em: 23 Dezembro 2009

Aceito em: 28 Março 2011